

Condições de vulnerabilidade e prostituição entre travestis e transexuais: uma revisão integrativa da literatura

Maria Laura Dearo Frias¹
Felipe Miranda Zanetti²

Resumo: O presente estudo propõe uma análise das condicionantes que direcionam travestis e transexuais à prostituição a partir das fontes acadêmicas recentes, com o intuito de compreender os desafios enfrentados por essa população em contextos de marginalização social. Apesar da diversidade cultural brasileira, a exclusão de minorias, especialmente travestis e transexuais, permanece evidente, manifestando-se na violência, no preconceito, e no desrespeito de direitos básicos – como o uso do nome social. Paradoxalmente, mesmo estigmatizadas, essas identidades são alvo de fetichização em conteúdos pornográficos, enquanto cerca de 90% dessas pessoas recorrem à prostituição como forma de sobrevivência diante da escassez de oportunidades (Benevides, 2024). A pesquisa adotou a metodologia de revisão integrativa da literatura, com base em 130 artigos inicialmente selecionados entre 2020 e 2024, sendo 10 incluídos na análise final. Os dados foram organizados em seis categorias temáticas: 1) Marginalização e busca por pertencimento; 2) Fatores e impactos da evasão escolar; 3) Respeito, identidade e inclusão: estratégias para lidar com a violência.; 4) Territorialização: espaço, poder e identidade; 5) Desafios e dinâmicas no mercado de trabalho. Essas categorias revelam a complexidade das experiências dessas mulheres e as múltiplas formas de exclusão que enfrentam. Contudo, observou-se uma lacuna significativa na literatura quanto às vivências específicas na prostituição, sendo mais frequente a discussão sobre os fatores que conduzem a ela do que sobre seus impactos subjetivos e emocionais. Tal ausência reforça a necessidade de pesquisas futuras que explorem mais profundamente essa temática e subsidiem a formulação de políticas públicas inclusivas, voltadas à garantia de direitos, dignidade e reconhecimento da população aqui mencionada.

Palavras-chave: Prostituição. Transexuais. Travestis. Vivência.

¹ Graduanda em Psicologia no Instituto Municipal de Ensino Superior de Catanduva (IMES). E-mail: marialauradearo0505@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-7714-0628>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3319057900506909>.

² Mestre em Psicologia e Saúde pela Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto. Professor e coordenador do curso de Psicologia da Anhanguera Catanduva. E-mail: felipezanetti.mz@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1352-6637>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8943536251885476>

O Brasil é um país reconhecido mundialmente por sua diversidade étnica e cultural. No entanto, mesmo com tal característica, o país ainda é marcado por um conservadorismo que sustenta processos de discriminação e marginalização de grupos sociais considerados minorias. Entre essas minorias, estão a população negra, a população indígena e a população LGBTQIAPN+ (Silva, 2020).

As trajetórias de vida das pessoas travestis e transexuais são frequentemente marcadas por tentativas de adequação às normas mais comuns da sociedade. Câmara (2021) defende que a não aceitação dessas identidades se torna evidente quando os corpos trans são considerados fora da normalidade. Paradoxalmente, sites pornográficos como *Redtube* e *Pornhub* revelam que o Brasil lidera as buscas por pornografia na categoria trans, sendo “shemale” o quarto termo mais procurado (Silva, 2023). Isso destaca a contradição entre a rejeição social e a curiosidade ou interesse sexual por corpos trans.

Segundo dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) (Benevides, 2024), 90% das travestis e transexuais no Brasil acabam se envolvendo na prostituição em algum momento da vida devido à transfobia, que se manifesta também através de violência e da exclusão dessas pessoas. Além disso, fatores como estigma social, vínculos familiares fragilizados e dificuldades de acesso à educação e ao trabalho formal contribuem para a situação de vulnerabilidade social que enfrentam (Câmara, 2021; Ribeiro; Silveira, 2020).

Embora a prostituição não seja proibida no país, o Código Penal, em seu artigo 230, considera crime o *rufianismo*, que pune aqueles que lucram com a prostituição de terceiros. Assim, a punição se aplica somente a quem participa diretamente dos lucros obtidos pelos serviços sexuais de outra pessoa – aqueles conhecidos popularmente como *cafetões* e *cafetinas* (Silva, 2021). Já a profissão está registrada na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) como “profissional do sexo”, com o número 5198-05 (Ministério do Trabalho e Emprego, 2002).

Outro ponto que merece atenção é a questão da redesignação sexual, sozinha ela não consegue definir a experiência de mulheres trans e travestis - embora o senso comum costume diferenciar as duas experiências a partir da mudança do órgão sexual - pois o que essas pessoas vivem ultrapassa tal questão biológica. Enquanto a mulher transexual

reivindica seu papel feminino na sociedade, a travesti assume um papel feminino distinto – não como mulheres, mas como travestis (Giongo; Menegotto, 2012). Como muito bem exemplificou a cantora e atriz Lina Pereira, no reality show *Big Brother Brasil*, na edição de 2022: “não sou homem, não sou mulher. Sou travesti” (Rodrigues, 2022).

Os processos de discriminação e marginalização afetam diretamente os sujeitos aqui mencionados. Quando indivíduos trans não se encaixam nos padrões cisgêneros impostos pela sociedade, são automaticamente inferiorizados – fato que leva o Brasil a ser o país que mais mata essa população. Assim, se estabelece um processo cultural de marginalização compulsória, onde aqueles que não se adequam ao padrão de gênero heteronormativo são forçados a viver à margem da sociedade devido à sua individualidade (Gonçalves, 2020; Pedra, 2018; Silva, 2020).

Levando em conta as informações acima apresentadas, e compreendendo que o mercado sexual é um território onde travestis e transexuais geralmente são compulsoriamente expostas, este estudo pretende compreender, através de uma revisão da literatura científica, o saber existente sobre as condições que condicionam e/ou inclinam as travestis e transexuais ao exercício da prostituição. Nesse sentido, compilar tais dados tem como objetivo ampliar o conhecimento acerca destes sujeitos e de suas vidas, podendo futuramente servir de base para a formulação de políticas públicas e até para a realização de trabalhos clínicos que possam ser realizados com travestis e transexuais.

Método

Este estudo foi conduzido com base na coleta de dados provenientes de fontes secundárias, especificamente por meio de um levantamento bibliográfico. A pesquisa bibliográfica é amplamente reconhecida como uma das metodologias mais eficazes para o início de uma investigação acadêmica, permitindo a identificação de semelhanças e diferenças entre os artigos consultados nas fontes de referência (Souza, 2010).

O estudo ocorreu por meio do método de revisão integrativa, que permite a síntese de múltiplas pesquisas relevantes sobre um tema, integrando informações e resultados de

diferentes estudos para obter uma compreensão abrangente. A análise qualitativa é a mais adequada para ser utilizada como base principal da estruturação metodológica desta pesquisa, pensando no intuito de compreender a vivência do público em questão (Gonçalves; Trujillo, 2020). A revisão integrativa é útil para identificar lacunas no conhecimento, avaliar a consistência das informações encontradas e propor novas direções para futuras pesquisas. Ela também facilita a análise crítica de métodos e achados, proporcionando uma visão holística do estado atual da pesquisa sobre o tema em questão (Souza, 2010).

As etapas da pesquisa foram meticulosamente planejadas e executadas, começando pela decisão do tema, a saber, a vivência de mulheres prostitutas travestis e transexuais. A delimitação inicialmente focou apenas na vivência da prostituição, mas, em um segundo momento, estabeleceu-se o foco para o público de travestis e transexuais.

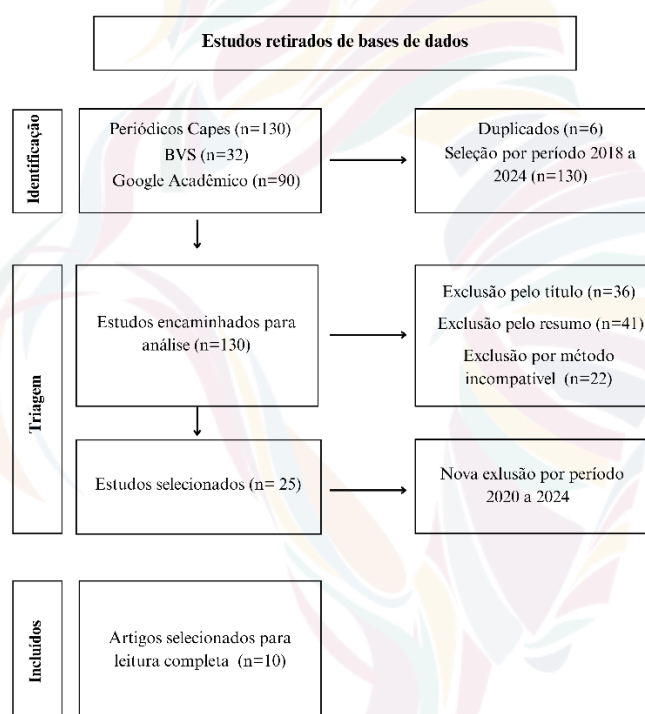
Seguindo a definição do tema, dois conjuntos de descritores na língua portuguesa foram analisados para a pesquisa bibliográfica. Os conjuntos avaliados foram: 1) “travestis OR transexuais” AND “prostituição” AND “sexualidade”; 2) “travestis OR transexuais” AND “prostituição” AND “vivência”. Após análise, escolheu-se o segundo conjunto de descritores, pois este apresentou uma maior quantidade de artigos relacionados. Para o levantamento dos artigos na literatura, realizou-se uma busca nas seguintes bases de dados: Google Acadêmico, SciELO, Bireme, BVS e Periódicos Capes.

Os critérios de inclusão definidos para a seleção dos artigos foram: artigos publicados em português; artigos que apresentavam o método qualitativo, e artigos publicados entre 2018 e 2024 – optou-se por um período de tempo maior pela preocupação dos pesquisadores com a existência de poucos estudos que retratassem a questão a ser investigada. Os critérios de exclusão definidos para a seleção de artigos foram: artigos que retratam a vivência de prostitutas que não são travestis ou transsexuais; e estudos que estivessem em forma de teses e dissertações. Levando em conta a complexidade e a constante transformação social no campo da diversidade, foi decidido filtrar o período de publicação para selecionar os estudos para os últimos cinco anos de publicação na data desta pesquisa – de 2020 a 2024.

Os arquivos foram exportados para a plataforma *Rayyan*, que permitiu a facilidade de exclusão dos estudos duplicados e maior praticidade para excluir ou incluir estudos na lista para posterior leitura. A seleção dos artigos, segundo os critérios estabelecidos, se deu através da análise dos dois pesquisadores que assinam o presente artigo. Após a exclusão dos estudos duplicados, uma análise foi realizada pela primeira pesquisadora para demarcar, segundo os critérios acima mencionados, os estudos inicialmente selecionados, e tais demarcações – coerência do título com o tema da pesquisa; leitura do resumo; metodologia do estudo; nova filtragem por período; e leitura completa – foram revisadas pela análise do segundo pesquisador.

A imagem abaixo, criada a partir do modelo PRISMA, sintetiza o processo de seleção e exclusão dos estudos:

Imagem 1. Fluxo para seleção de estudos



Fonte: elaboração própria, 2025.

Tanto a análise quanto a síntese dos dados extraídos dos artigos foram conduzidas de maneira descritiva, o que permitiu observar, destacar e classificar as informações. Esse procedimento teve como objetivo reunir e consolidar o conhecimento produzido acerca do tema explorado na revisão. A imagem a seguir mostra os estudos selecionados para leitura completa e análise:

Tabela 1. Estudos selecionados para leitura completa

| Título do artigo (ano) | Método utilizado | Revista de publicação | Local de Pesquisa |
|---|--|---|---|
| Territorialização e contexto histórico da prostituição travesti em Presidente Prudente – SP: uma abordagem a partir do bairro Vila Nova e Jardim Jabaquara (2020) | Pesquisa qualitativa, com entrevistas e levantamento histórico | Revista Geografia em Atos, v. 16, n. 1, p. 95–108, mar/2020. ISSN 1984-1647 | Presidente Prudente – SP |
| A potência do conceito de sofrimento ético-político para pensar as vivências travestis na escola: trilhas iniciais (2020) | Ensaio teórico com base na Psicologia Social e análise de narrativas escolares | Revista Trilhas Iniciais, v. 10, n. 1, 2020. ISSN 2594-4679 | Contexto escolar (não delimitado) |
| A formação do estigma das travestis no Brasil: mercado informal, precariedade e trabalho sexual (2020) | Revisão bibliográfica e análise sociológica | Revista Inter-Legere, n. 27, 2020. ISSN 1982-1662 | Brasil (abordagem nacional) |
| Translado: o lado trans e travesti da prostituição (2020) | Estudo qualitativo, entrevistas com travestis e transexuais | Revista Diversidade e Educação, v. 8, n. 2, 2020. ISSN 2358-8853 | Florianópolis – SC |
| Educação, identidade de gênero e transexualidade: reflexões acerca da produção científica entre os anos 2016 a 2021 (2021) | Revisão sistemática da literatura (revisão de produções acadêmicas) | Revista Reflexão e Ação, v. 29, n. 3, 2021. ISSN 1982-9949 | Universidade Federal de Pernambuco – UFPE |

| | | | |
|--|---|--|--|
| “Cair na vida”: o espaço da prostituição como principal alternativa de renda para as mulheres transexuais e travestis (2021) | Pesquisa qualitativa com entrevistas e diário de campo | Caderno Humanidades em Perspectivas, v. 5, n. 10, p. 48–62, 2021. ISSN 2595-2144 | Hospital das Clínicas – UFPE (Recife – PE) |
| Territorialização da prostituição transexual e travesti em Alfenas/MG (2021) | Pesquisa qualitativa com observação e entrevistas | Revista Científica da UNIFENAS, v. 3, n. 1, 2021. ISSN 2674-905X | Alfenas – MG |
| Transexualidade na escola: impactos e demandas dos corpos marcados pela subversão (2021) | Pesquisa qualitativa, análise documental e relatos de experiência | Revista Educação e Linguagem, v. 24, n. 1, 2021. ISSN 2178-1371 | Contexto escolar – não especificado (Brasil) |
| Inserção de pessoas trans no mercado de trabalho: um recorte do interior da Paraíba (2022) | Pesquisa de campo com abordagem qualitativa | Revista Foco, v. 15, n. 3, 2022. ISSN 1981-223X | Interior da Paraíba – PB |
| Rede de apoio social e saúde mental: percepções de profissionais do sexo (2022) | Pesquisa qualitativa com entrevistas semiestruturadas, SRQ-20 e Ecomapa | Psicol. Argumento, v. 40, n. 111, p. 2593–2619, out./dez. 2022. ISSN 0103-7013 | Distrito Federal – DF |

Fonte: Elaboração própria, 2025.

Os dez artigos analisam a realidade de pessoas trans e travestis no Brasil, evidenciando os efeitos da transfobia estrutural em diferentes contextos (escola, trabalho, prostituição e saúde mental), e como essa exclusão social empurra esses corpos para margens de resistência.

O artigo “Transexualidade na escola...” mostra que a escola reproduz a lógica cis-heteronormativa, gerando exclusão e evasão de alunos trans. “Educação, identidade de gênero e transexualidade...” confirma a escassez de estudos sobre o tema e aponta a falta de pertencimento no ambiente escolar. “A potência do conceito de sofrimento ético-político...” entende o sofrimento travesti como resultado da exclusão social, defendendo uma escola mais acolhedora.

Na esfera social e econômica, “Cair na vida...” revela que a prostituição é muitas vezes a única alternativa de sobrevivência diante da rejeição familiar e do preconceito. “Territorialização [...] da prostituição em Presidente Prudente...”, “Territorialização [...] em Alfenas/MG” e “Translado...” mostram como travestis transformam esses espaços em territórios de resistência e convivência, apesar da vulnerabilidade.

“A formação do estigma das travestis no Brasil...” explica como a moral religiosa e a precarização reforçam o controle e a exclusão dessas identidades. “Inserção de pessoas trans no mercado de trabalho...” evidencia que o preconceito institucional impede o acesso a empregos formais, mantendo a marginalização econômica. Por fim, “Rede de apoio social e saúde mental...” revela que profissionais do sexo enfrentam isolamento e sofrimento psíquico, encontrando apoio apenas entre seus pares.

Resultados

Os resultados extraídos das leituras completas dos artigos foram agrupados em cinco categorias que refletem as diversas e complexas experiências de travestis e transexuais. Elas são: 1) Marginalização e busca por pertencimento; 2) Fatores e impactos da evasão escolar; 3) Respeito, identidade e inclusão: estratégias para lidar com a violência; 4) Territorialização: espaço, poder e identidade; 5) Desafios e dinâmicas no mercado de trabalho.

Marginalização e busca por pertencimento

Nos artigos selecionados para a revisão integrativa e no Dossiê Anual da Antra (Benevides, 2024), travestis e transexuais são tratadas como parte de um único grupo, e isso não é por acaso. Mesmo que cada pessoa tenha sua própria história, com vivências muito particulares, existem experiências em comum que as aproximam (Café; Coroa,

2020; Lopes, 2020; Dias, 2021; Pereira, 2021; Silva; Castro; Ribeiro, 2021; Câmara, 2021; Branquinho; Dutra, 2022; Rodrigues, 2022; Lopes, 2022; Gomes, 2023).

As pesquisas acima referenciadas reúnem travestis e transexuais em um mesmo grupo não para minimizar suas diferenças, mas para reforçar que, juntas, essas vozes podem dar potência às exigências básicas dessa população. Ao fazer isso, reconhece-se que, apesar de suas trajetórias individuais, essas pessoas compartilham uma luta comum por respeito, inclusão e direitos. No fundo, essa união é uma forma de valorizar tanto suas semelhanças quanto suas singularidades.

As travestis e as mulheres trans que se prostituíram ou se prostituem enfrentam, com frequência, grandes dificuldades na aceitação por suas famílias e pela sociedade, resultando em expulsões de casa entre os 13 e os 15 anos de idade, e situações de vulnerabilidade econômica para muitas delas. A marginalização social e a dificuldade de acesso a recursos básicos podem favorecer, inclusive, a evasão do espaço escolar motivada pelas negligências também vividas neste espaço (Benevides, 2024; Dias, 2021).

Segundo Lopes (2022), as profissionais do sexo muitas vezes lidam com relações interpessoais marcadas por conflitos, especialmente no âmbito familiar, onde frequentemente se sentem distantes de seus parentes. As amizades que conseguem cultivar também tendem a ser instáveis, o que contribui para a falta de redes de apoio social. Essa fragilidade nas conexões interpessoais pode levar a sentimentos de desconfiança e solidão, impactando negativamente na saúde mental.

O sentimento de pertencimento e a experiência de não pertencimento das mulheres trans e travestis estão profundamente enraizados nas normas sociais e na transfobia, fenômenos que perseguem suas diversas experiências na sociedade. Essa dinâmica marca suas trajetórias de vida, podendo levá-las a constantes tentativas de adequação em busca de reconhecimento e respeito. Apesar das dificuldades, algumas delas encontram no espaço da prostituição um certo senso de pertencimento ao se conectarem com outras pessoas que vivem experiências semelhantes. No entanto, essa realidade é marcada por riscos constantes de violência e discriminação, refletindo a marginalização que essas pessoas enfrentam diariamente (Câmara, 2021).

As participantes da pesquisa de Lopes (2022) enfrentaram grandes desafios ao tentar acessar instituições de apoio, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) ou ONGs. Muitas compartilharam experiências de acolhimento inadequado e se depararam com obstáculos que dificultaram a obtenção dos serviços necessários. As participantes ainda mencionaram que seus vínculos com as instituições religiosas variavam de moderados a fortes. Elas viam na fé em Deus uma forma importante de lidar com os desafios diários. A espiritualidade, para elas, é uma fonte de conforto e força.

Fatores e impactos da evasão escolar

A escola é um ambiente plural e fundamental para a formação humana, entretanto, tal pluralidade não é sinônimo de respeito. Muitas vezes, a escola perpetua violências simbólicas e estruturais contra travestis e transexuais, legitimando discursos de ódio, tanto pela tradição da escola em manter normas sociais rígidas quanto pela maneira como a diversidade sexual e de gênero tem sido tratada na história (Café; Coroa, 2020).

Dias (2021) argumenta que a escola, assim como a família, é uma instituição disciplinar, estruturada para permitir o exercício do poder. Nela, normas morais determinam o que é aceitável, negando a legitimidade das expressões de travestilidade, por serem vistas como fora dos padrões. Embora a Constituição Federal garanta a educação como um direito fundamental para todas as pessoas, diversas identidades enfrentam obstáculos para se expressar e existir com tranquilidade no ambiente escolar. Por conta dessas normas, o ambiente escolar frequentemente se torna difícil e prejudicial para pessoas trans (Gomes, 2023). Dados da Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil mostram que 82% dessas pessoas acabam abandonando a escola durante o Ensino Médio, que compreende a faixa etária entre os 14 e os 18 anos.

Branquinho e Dutra (2022) argumentam ainda que o abandono escolar potencializa a dificuldade futura de alcançar trabalhos dignos que possam dar melhores condições de vida para essas pessoas. Nessa trajetória marcada por dificuldades diversas

na estruturação das vidas das mulheres trans e travestis – sobretudo profissional – a prostituição acaba sendo uma das poucas formas de sustento.

Respeito, identidade e inclusão: estratégias para lidar com a violência.

Para lidar com esses desafios, muitas estudantes trans adotam estratégias de resistência ativa, buscando apoio entre colegas e aliados (Café; Coroa, 2020). Segundo Dias (2021), no ambiente escolar destacam-se a formação de coletivos sociais que buscam aumentar a visibilidade e a luta por direitos. Elas também criam uma estética de existência que desafia normas sociais rígidas, buscando expressar suas identidades de forma genuína. Além disso, essa resistência se reflete na construção de relacionamentos interpessoais que promovem solidariedade e apoio mútuo, permitindo a criação de novas possibilidades de vida e existência.

Essa luta é fundamental para promover, por exemplo, um ambiente escolar mais acolhedor e inclusivo, onde todos possam se sentir respeitados e pertencentes ao espaço coletivo. É preciso sensibilizar a sociedade, mobilizando suas estruturas de preconceito, para reconhecer os desafios das travestis e transexuais, fomentando políticas públicas que possam dar apoio a uma educação mais inclusiva (Silva; Castro; Ribeiro, 2021).

Nessa direção, segundo Gomes (2023), os direitos reconhecidos por lei para pessoas trans incluem o de serem chamadas pelo nome social, como estabelecido pelo Conselho Nacional de Educação, garantindo assim uma forma de respeito e reconhecimento nos diversos ambientes em que vivem. Além disso, com a decisão da ADI 4.275, emitida pelo Supremo Tribunal Federal em 2018, as pessoas trans têm a possibilidade de alterar seu pronome e sexo no registro civil, o que representa um passo importante para o reconhecimento de suas identidades de gênero. Essa mudança não só valida suas identidade, mas também assegura a proteção de seus direitos e personalidade, promovendo um ambiente mais justo e respeitoso para todos (Gomes, 2023; Café; Coroa, 2021).

Territorialização: espaço, poder e identidade

Travestis transformam o estigma social em força ao ressignificar as partes degradadas da sociedade – geralmente próximas a terminais de transporte – em um “território” onde constroem uma identidade coletiva e ocupam seus espaços de forma ativa. A exposição pública de seus corpos passa a ser uma estratégia de sobrevivência e resistência, desafiando as normas sociais. Esse território, além de representar um meio de sustento, é também um espaço de afirmação e resistência (Branquinho; Dutra, 2022).

Além desses locais degradados, Lopes (2020) apresenta que a prática da prostituição se dá em espaços públicos e em locais de “fachada”, como casas de dança e bares, onde os custos variam. As dinâmicas sociais desses territórios são marcadas por processos de marginalização, resistência e conflitos com a população local, levando a situações de desterritorialização em algumas áreas.

A desterritorialização se dá quando travestis e transexuais se veem obrigadas a deixar o local onde praticam a prostituição, o que pode afetar profundamente seu senso de pertencimento. Essa mudança forçada leva a uma reconfiguração dos espaços fazendo com que busquem novos locais, o que não apenas impacta na forma como elas se veem e se identificam, mas também abala suas redes de apoio, tornando essencial a reconstrução de seus espaços de atuação profissional (Lopes, 2020).

A polícia desempenha um papel significativo na dinâmica da prostituição travesti e transexual, dado que frequentemente os agentes da lei atuam como um empecilho à atividade da prostituição e, sobretudo, comprometendo a segurança das profissionais em questão. A presença policial gera um ambiente de medo e insegurança, fazendo com que as travestis busquem se deslocar para áreas menos visíveis e, portanto, mais vulneráveis. A relação entre as travestis e transexuais e a polícia é caracterizada por embates, onde a proteção e a aceitação da atividade são frequentemente negadas. Esses embates se dão de forma distinta com as mulheres cisgênero que exercem a profissão, frisando ainda mais as demandas de preconceito e marginalização social (Lopes, 2020).

Desafios e dinâmicas no mercado de trabalho

Uma questão bastante problemática para a experiência das travestis no Brasil é a pauta higienista que permeia a organização política da sociedade. No século XIX, com a publicação de *A origem das espécies* por Charles Darwin, em 1859, surgiu uma nova forma de pensar sobre as diferenças entre as pessoas. Essas ideias, embora originalmente voltadas para o estudo da natureza, foram distorcidas por Francis Galton, que as transformou no chamado darwinismo social. Essa teoria sustentava que os seres humanos não eram iguais, classificando alguns como mais capazes e outros como inferiores. Infelizmente, essas crenças foram usadas como justificativa para o racismo e a exploração durante as colonizações europeias na África e em partes da Ásia. Hoje em dia, ainda percebemos ecos dessas ideologias em algumas políticas adotadas no Brasil, medidas de caráter higienista continuam a impactar negativamente as pessoas que já enfrentam a exclusão social (Rodrigues, 2022).

Silva, Castro e Ribeiro (2021) discutem, através das ideias de Michael Foucault, a matriz heteronormativa que permeia a sociedade ocidental, que estabelece um padrão cultural amplamente aceito onde a família ideal é composta por um homem e uma mulher cisgênero. Essa estrutura não apenas orienta as concepções sociais, mas também contribui para a exclusão de identidades que não se encaixam nesse modelo, como a transexualidade.

As classes mais desfavorecidas sofrem um bombardeio progressivo de campanhas de moralização de seus modos de vida, e, posteriormente, a higiene coletiva. Percebe-se que através da visão de um corpo saudável, apoiado nos pilares da superioridade racial de burguesa branca, se forjou modelos moralmente rígidos de bom comportamento, com a imposição de uma sexualidade enrijecida e higienizada na estrutura familiar tradicional. (Rodrigues, 2022).

Tendo uma sociedade herdeira de tais determinações higienistas, as pessoas trans enfrentam diversos desafios no mercado de trabalho, sendo o preconceito e a discriminação algumas das barreiras mais difíceis. Desde o momento da contratação até a permanência no emprego, a transfobia é uma realidade constante. Além disso, a falta de acesso a uma educação de qualidade – como citado na seção acima – impacta diretamente

a autoestima e a capacidade de competir de forma justa, restringindo as oportunidades existentes para esse público (Gomes, 2023).

Tais fatores tornam mais claro o acesso à prostituição como meio de sustento. A prostituição é frequentemente vista pela sociedade como uma prática associada a grupos marginalizados, e para muitas pessoas o espaço “natural” das travestis é considerado o da prostituição. O que muitas das que estão na prostituição marginalizada desejam é serem reconhecidas em sua identidade e dignidade, reivindicando o direito de existir plenamente nos diferentes âmbitos sociais (Lopes, 2020).

A pesquisa de Gomes (2023) mostrou que, mesmo quando uma pessoa trans consegue um emprego formal, ainda enfrenta pressões que desestabilizam sua presença no trabalho. Isso acontece tanto por parte dos colegas quanto dos clientes, que muitas vezes fazem comentários preconceituosos ao empregador. Fica evidente que para travestis e transexuais, a prostituição é uma alternativa necessária diante da exclusão do mercado de trabalho formal. Enfrentando preconceito e discriminação, elas encontram poucas oportunidades de emprego, o que as leva a buscar sustento por meio dessa atividade (Branquinho; Dutra, 2022).

Câmara (2021) e Rodrigues (2022) concordam que as travestis frequentemente se veem atuando em setores como o do trabalho sexual, que costuma ser sua principal fonte de renda, mas outros setores informais também se mostram como opções, exemplo disso são os salões de beleza e o telemarketing. Essas ocupações, geralmente associadas a atividades femininas, oferecem um espaço onde elas podem encontrar um pouco mais de aceitação social, mesmo que as condições de trabalho muitas vezes sejam precárias. A transfobia limita significativamente suas oportunidades de inserção em outras áreas profissionais.

Gomes (2023) discute que a saúde mental das pessoas trans é profundamente afetada pela escassez de oportunidades no mercado de trabalho, a dificuldade em conseguir empregos formais muitas vezes gera insegurança e baixa autoestima, fazendo com que elas se sintam incapazes. Além disso, a exclusão do mercado de trabalho pode levar à desmotivação e apatia, tornando mais difícil a busca por alternativas. A pressão financeira e a dependência de atividades precárias, como a prostituição, também elevam os níveis de estresse e ansiedade, o que impacta negativamente seu bem-estar psicológico.

A insatisfação com o ofício da prostituição muitas vezes alimenta sentimentos de desamparo e desconfiança, prejudicando também a saúde mental dessas pessoas nessa situação. Muitas mulheres trans e travestis expressam o desejo de deixar essa atividade, evidenciando o sofrimento emocional que enfrentam diariamente. Para piorar, a fragilidade das redes de apoio social torna esses desafios ainda mais difíceis de superar, resultando em altos índices de transtornos mentais entre elas. Essa realidade revela a necessidade urgente de apoio e compreensão para que possam buscar novas alternativas e construir vidas mais saudáveis e satisfatórias (Lopes, 2022).

Rodrigues (2022) escreve seu ensaio baseado na *Teoria Queer* e ressalta que essa ideia pode desempenhar um papel significativo na inclusão das travestis no mercado formal, pois desafia as normas de gênero e sexualidade que frequentemente levam à discriminação e marginalização dessas pessoas. Ao promover uma reavaliação das estruturas jurídicas e sociais, essa teoria incentiva a desconstrução das categorias binárias de gênero e a aceitação de uma ampla gama de identidades. Essa abordagem não apenas pode resultar em políticas trabalhistas mais inclusivas, mas também em um reconhecimento mais profundo dos direitos das travestis, valorizando-as como indivíduos dignos e valiosos no ambiente de trabalho.

Analisando as categorias: biopoder, abjeção e resistência

O conceito de biopoder de Michel Foucault – desenvolvido em sua obra *História da sexualidade: a vontade de saber* – especialmente a ideia de *fazer viver e deixar morrer*, pode ajudar a lançar luz para entendermos a realidade das pessoas trans e travestis no Brasil. Foucault observou que, ao longo do tempo, o poder deixou de se concentrar apenas na vida e na morte de forma direta, em vez disso, passou a se preocupar em como gerenciar a vida das pessoas em sociedade. Tal gerenciamento das vidas significa que a forma como a sociedade contemporânea se organiza vai, direta ou indiretamente, controlar a maneira como as vidas acontecem. A questão é que, esse controle pode não

ser empregado da mesma forma para todas as pessoas, ele determina quem pode viver plenamente e quem é marginalizado e deixado de lado (Foucault, 1976).

O biopoder se sustenta na ideia de que os corpos são disciplinados e controlados pelos discursos, que por sua vez são articulados pelos diversos detentores do poder – inclusive a ciência. Enquanto alguns corpos são trabalhados para permanecerem vivos, outros são deixados para morrer nas margens da sociedade. Dizendo de outro modo, aqueles que se encaixam nas normas morais são valorizados, enquanto as pessoas trans e travestis – público marginalizado que não se conformam com os padrões de normalidade – frequentemente permanecem em lugares precários que potencializam sua destruição (Foucault, 1976).

O Brasil é um exemplo disso, sendo um dos maiores consumidores de pornografia trans, mas também liderando a triste estatística de assassinatos dessa população. Isso mostra que os corpos trans são vistos como mercadorias: em algumas situações são tratados como objetos de prazer, mas também são negligenciados e deixados à margem da sociedade (Benevides, 2024).

O conceito de *deixar morrer* se torna ainda mais palpável quando observamos o aumento de assassinatos de pessoas trans. O Dossiê sobre violência contra travestis e transexuais no Brasil publicado pela Antra (Benevides, 2024) traz números alarmantes que evidenciam a falta de atenção e cuidado com a vida dessas pessoas, que muitas vezes são esquecidas em meio a políticas de exclusão – no ano de 2023, 145 travestis/mulheres trans foram mortas. A subnotificação da violência LGBTfóbica pelo Estado também é um exemplo claro de como se concretiza esse deixar morrer, de como essa situação é ignorada, dificultando a criação de políticas públicas para a proteção desta população.

Como vimos na descrição das categorias, o abandono do ambiente escolar por conta do preconceito, a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, também podem ser vistos como manejos que deixam com que essas vidas morram, manejos que dificultam a construção de uma estrutura de vida minimamente alicerçada em segurança e dignidade (Gomes, 2023; Branquinho, Dutra, 2022).

No entanto, mesmo diante de tantas dificuldades, surgem movimentos de resistência. Pessoas trans e instituições adeptas ao movimento LGBTQIAPN+ estão se unindo para lutar por seus direitos e pelo reconhecimento que merecem. Essa luta é uma

afirmação do direito à vida e à dignidade, desafiando um sistema que frequentemente as marginaliza. Percebe-se assim que o poder, por mais que seja usado a serviço da manutenção do status de normalidade das vidas, também pode ser exercido pelos indivíduos marginalizados através de suas formas de reação e resistência, o poder não é um objeto, mas se dá como influências dentro das relações mais diversas, e, estando na relação, pode ser multidirecional (Câmara, 2021; Foucault, 1976).

Quando destacamos movimentos de resistência, se faz importante perceber que o biopoder não é apenas uma força opressora, mas também um campo de disputa. As travestis e mulheres trans, ao enfrentarem estereótipos e exigirem o respeito à sua identidade de gênero, estão ativamente se opondo a um poder que tenta desumanizá-las, flexibilizando as forças de dominação e criando formas distintas para fomentar sua vida e seu futuro. Atualmente as candidaturas de travestis e transexuais para cargos políticos têm crescido no Brasil, o que nos mostra a possibilidade de que as formas de poder já instituídas podem ser reformuladas e assumir novas dinâmicas na organização política da sociedade (Barbosa, 2021; Câmara, 2021).

Ao pensar o biopoder é possível entender como instituições exercem controle sobre corpos que não se encaixam nos padrões tradicionais, limitando suas oportunidades de pertencimento e sobrevivência. A resistência dessas pessoas, que ocupam espaços marginalizados e lutam pelo reconhecimento de suas identidades, revela que é possível desafiar esse controle, mesmo em condições de extrema vulnerabilidade.

Ao pensarmos biopoder, surge a possibilidade de compreender o mundo sendo organizado politicamente para a valorização de determinadas vidas – e, por consequência, o abandono de outras. Abre-se aqui uma outra janela de interpretação: há dor quando acontece a destruição do corpo marginalizado?

Judith Butler (2007) explora a divisão entre corpos que são valorizados e aqueles que são marginalizados pela sociedade, corpos que seguem as normas sociais e de gênero recebem legitimidade, enquanto os que não se encaixam são excluídos, tratados como vidas que não importam. Pautada nessa noção, a autora propõe que existem vidas que merecem luto e outras que não: as primeiras são aquelas vistas como dignas de cuidado e reconhecimento, enquanto as últimas são negligenciadas e não são consideradas

enlutáveis. Isso mostra como a sociedade escolhe quais vidas têm valor (Cabral, 2020; Rodrigues; Gruman, 2021).

Coerente com a lógica do biopoder, encontramos o conceito de *abjeção* em Butler (2007). Ela descreve como certos indivíduos são empurrados para as margens, tornando-os invisíveis ou inaceitáveis, ou seja, abjeção cria limites que separam quem é aceito na sociedade e quem é rejeitado segundo a lógica do que é considerado “normal” (Rodrigues; Gruman, 2021).

Dizendo de maneira mais clara, é possível reconhecer, que a morte de determinados corpos é encarada de maneira distinta pela sociedade a depender de como esse corpo performa – no caso do que estamos analisando aqui – sua sexualidade. Assim como em Foucault (1976), onde esses corpos são deixados para morrer, Butler (2007) ainda entende que tais mortes não são sentidas pela sociedade que marginaliza e mata tais corpos. Essas pessoas podem, efetivamente, desaparecer sem que suas vidas importem, ou seja, a morte – e podemos também vincular a marginalização e a dor que se mostrou neste estudo – daqueles que rompem a normativa moral é tratada com naturalidade, vidas que não são dignas de luto, vidas consideradas desprezíveis, cuja perda pode ou não ser lamentada quando se vão.

Isso demonstra possivelmente a razão pela qual o abandono das travestis e transexuais nos parece, enquanto sociedade, algo aceitável; ou demonstra também a razão pela qual ainda aceitamos a violência contra elas, a destruição de seus corpos, como já apresentamos em dados neste texto. Mostra, ainda, a razão pela qual as instituições – como escola e família, por exemplo – não conseguem manter uma relação de cuidado com essas pessoas.

Cabral (2020) explora o trabalho de Butler e reflete sobre como a cultura define quais vidas são protegidas e quais podem ser alvo de violência. Ele aponta que essa seleção cultural faz com que algumas pessoas – como travestis e transexuais – sejam vistas como alvos legítimos de agressão. Isso ocorre por conta da estrutura política da sociedade, que influencia a maneira como enxergamos e classificamos os corpos e as identidades – fenômeno que podemos vincular ao conceito de *poder* de Foucault, descrito

na obra *Vigiar e punir: o nascimento da prisão* (1975). Esses enquadramentos não apenas justificam, mas também alimentam a violência contra grupos marginalizados.

Em resumo, a relação entre as ideias de Foucault e Butler possibilita uma forma de analisar a complexidade das experiências de travestis e transexuais no Brasil. O biopoder não apenas molda as vidas dessas pessoas, mas também as posiciona em uma luta contínua por reconhecimento, dignidade e direitos. Para enfrentar essa realidade, é essencial um compromisso público com a defesa da vida e da dignidade das pessoas trans e travestis, visando a criação de um futuro em que a diversidade de identidades de gênero seja respeitada e valorizada.

É possível encontrar também em Berenice Bento (2011) o que estamos discutindo aqui. Para ela há uma disputa constante entre discursos sobre gênero e sexualidade, em que instituições hegemônicas reforçam a ideia de que a normalidade se baseia apenas na diferença sexual. Com o tempo, a censura religiosa, que apontava o “pecado”, foi substituída pelo discurso médico, que patologiza e define como “anormal” tudo o que foge do padrão esperado de homem ou mulher, masculino ou feminino, sempre dentro da heterossexualidade. Esse processo produz a sensação de que não há lugar para quem não se encaixa nessas normas, restringindo a própria noção de humanidade. A fragilidade desse sistema se torna evidente quando pessoas, especialmente transexuais, reivindicam direitos, desafiam essas fronteiras e trazem à tona a diversidade de gênero como questão central dos direitos humanos.

Considerações finais

Embora, inicialmente, a busca deste estudo tenha se dado para compreender mais sobre a vivência de travestis e transexuais na prostituição, os dados acerca de tais vivências não foram tão completos quanto o esperado pelos pesquisadores, o que levou a modificação do objetivo principal para a construção escrita, pois os achados apontaram para as experiências que condicionam a escolha da prostituição como meio de vida. Ainda assim, alguns pontos da vivência na prostituição puderam ser destacados: pode ocorrer uma

insatisfação com o ofício da prostituição; e travestis e transexuais ressignificam espaços degradados da cidade para territórios onde podem construir uma identidade coletiva.

Nos perguntamos se essa lacuna nos resultados sobre a vivência da prostituição é consequência da estratégia de busca utilizada na nossa revisão, ou se, infelizmente, mesmo nas ciências humanas, a prostituição ainda é um tema tratado com descaso, dificultando o avanço do conhecimento sobre a realidade dessas pessoas – o que mostra um caminho de estudos futuros para compreender essa lacuna.

Entende-se ainda que as perguntas mais sensíveis permanecem sem resposta: como a prostituição afeta essas pessoas em suas emoções, em suas histórias? Será que existem travestis e transexuais que escolhem continuar nesse ofício por se sentirem acolhidas ou realizadas? Qual é a diferença na trajetória entre aquelas que saem e aquelas que ficam? Esses são questionamentos que precisam de mais atenção e que, sem dúvida, merecem ser explorados em novos estudos, pois a dúvida central deste estudo – o que a ciência sabe acerca da vivência de travestis e transexuais na prostituição – não foi plenamente respondido, vista a lacuna que se mostrou acerca da prostituição. Apontamos essa lacuna sabendo que existem autores que já trataram deste tema; entretanto, essas obras permaneceram invisíveis na busca feita pelos pesquisadores – como demonstrado no método – o que se torna, novamente, um dado relevante para demonstrar a invisibilização de determinadas experiências das travestis e transexuais, e também das pesquisas que buscam desvelar este tema.

Apesar disso, fica evidente que é fundamental encontrar maneiras mais eficazes de combater o preconceito e a transfobia. Precisamos, com urgência, de políticas públicas mais inclusivas e bem elaboradas, que deem visibilidade à população LGBTQIAPN+ nos dados estatísticos sobre violências e vulnerabilidades. É somente com essa visibilidade que conseguiremos avançar no acolhimento e na proteção dessas pessoas, garantindo seus direitos e dignidade, colocando-as como pessoas que merecem ter suas dores consideradas e reconhecidas, além também de seus desejos e amores.

Referências

BARBOSA, Aline Ramos. Biopolítica, biopoder e tanatopolítica: apontamentos iniciais à análise do poder em Michel Foucault. **Sertanias: Revista de Ciências Humanas e Sociais**, v. 2, n. 2, p. 1-16, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22481/sertanias.v2i2.12684>. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/sertanias/article/download/15534/9061/36243>. Acesso em: 5 abr. 2024.

BENEVIDES, Bruna G. Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023. **Antra (Associação Nacional de Travestis e Transexuais)**. Brasília, DF: Distrito Drag; Antra, 2024. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2024/01/dossieantra2024-web.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2024.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas**, v. 19, p. 549-559, 2011. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2011000200016>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/DMNhmpzNbKWgH8zbgQhLQks/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 28 ago. 2025.

BRANQUINHO, Evânio; DUTRA, Jean. Territorialização da prostituição transexual e travesti em Alfenas/MG. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 13, n. 2, p. 201-227, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5212/Rlagg.v.13.i2.0010>. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/18091>. Acesso em: 20 abr. 2024.

BRASIL. Portaria n. 397, de 9 de outubro de 2002. **Aprova a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO/2002, para uso em todo território nacional e autoriza a sua publicação**. Brasília, 2002. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=382544&file_name=LegislacaoCitada%20INC%208189/2006. Acesso em: 15 jan. 2023.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado – pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

CABRAL, Alexandre Marques. **Desidentidades e resistências**: ensaio de alterogêneses político-existenciais. Rio de Janeiro: Via Verita, 2020.

CAFÉ, Leonardo da Cunha Mesquita; COROA, Maria Luiza Monteiro Sales. Transexualidade na escola: impactos e demandas dos corpos marcados pela subversão. **Cadernos de linguagem e sociedade**, v. 21, n. 1, p. 235-254, 2020. DOI: <https://doi.org/10.26512/les.v21i1.32396>. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/32396>. Acesso em: 20 abr. 2024.

CÂMARA, Amanda Bonner Peixoto. “Cair na vida”: o espaço da prostituição como principal alternativa de renda para as mulheres transexuais e travestis. **Humanidades em Perspectivas**, v. 5, n. 10, p. 48-62, 2021. Disponível em: <https://www.cadernosuninter.com/index.php/humanidades/article/view/1401>. Acesso em: 20 abr. 2024.

DIAS, Guilherme José Parisi. A potência do conceito de sofrimento ético-político para pensar as vivências travestis na escola: trilhas iniciais. **Diversidade e Educação**, v. 9, n. 2, p. 421-442, 2021. DOI: <https://doi.org/10.14295/de.v9i2.13558>. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/13558>. Acesso em: 20 abr. 2024.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: a vontade de saber (volume 1). Rio de Janeiro: Graal, 1976.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1975.

GIONGO, Carmem Regina; MENEGOTTO, Lisiane Machado De Oliveira; PETTERS, Simone. Travestis e transexuais profissionais do sexo: implicações da Psicologia. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 32, p. 1000-1013, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000400017>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/tT8K6kkz6gMCX9J9zZcB4qd/abstract/?lang=pt>. Acesso em 20 de dez. 2024.

GOMES, Taciana Dantas Nunes et al. Inserção de pessoas trans no mercado de trabalho: um recorte do interior da paraíba. **Revista Foco**, v. 16, n. 10, p. 1-21, 2023. DOI: <https://doi.org/10.54751/revistafoco.v16n10-124>. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/2923>. Acesso em: 20 abr. 2024.

GONÇALVES, João Vitor Rodrigues; TRUJILLO, Ricardo Antonio Simancas. Da esquina ao escritório: uma análise sobre a ausência de mulheres transexuais no mercado de trabalho formal em Goiás. **Pensamento Americano**, v. 13, n. 26, p. 33-50, 2020. Disponível em: <https://portal.amelica.org/ameli/journal/761/7613824002/html/>. Acesso em: 25 abr. 2024.

LOPES, Camila Patricio et al. Convivência social e saúde mental: percepções de profissionais do sexo. **Psicologia Argumento**, v. 40, n. 111, p. 2593-2619, 2022. DOI: <https://doi.org/10.7213/psicolargum.40.111.AO11>. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/psicologiaargumento/article/view/29389>. Acesso em: 20 abr. 2024.

LOPES, Mateus Vantuir Cardozo. Territorialização e contexto histórico da prostituição travesti em Presidente Prudente – SP: uma abordagem a partir do bairro Vila Nova e Jardim Jabaquara. **Geografia em Atos (Online)**, Presidente Prudente, v. 1, n. 16, p. 95–108, 2020. DOI: [10.35416/geoatos.v1i16.7285](https://doi.org/10.35416/geoatos.v1i16.7285). Disponível em:

<https://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/view/7285>. Acesso em: 22 de abr. 2024.

PEDRA, Caio Benevides. **Acesso à cidadania por travestis e transexuais no Brasil:** um panorama da atuação do Estado no enfrentamento das exclusões. 2018. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Fundação João Pinheiro, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Belo Horizonte, MG, 2018. Disponível em: <https://repositorio.fjp.mg.gov.br/items/21972239-f881-4498-a693-6019822e21e2/full>. Acesso em: 22 abr. 2024.

PEREIRA, Julia Luiza Bento. Translado: o lado trans e travesti da prostituição. **Revista Leitura**, n. 69, p. 109-121, 2021. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/9702?articlesBySimilarityPage=21>. Acesso em 27 mai. 2024.

RIBEIRO, Amanda Karoline de Oliveira; SILVEIRA, Lia Carneiro. Transfobia e abjeção: diálogos possíveis entre a psicanálise e a teoria Queer. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, v. 23, n. 1, p. 66-74, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1809-44142020001008>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/agora/a/jK6xxrqSg5X3SSbczVwpdTt/?lang=pt>. Acesso em: 27 mai. 2024.

RODRIGUES, Carla; GRUMAN, Paula. Do abjeto ao não-enlutável: o problema da inteligibilidade na filosofia de Butler. **Anuário Antropológico**, v. 46, n. 3, p. 67-84, 2021. DOI: <https://doi.org/10.4000/aa.8933>. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/47807>. Acesso em: 29 ago. 2024.

RODRIGUES, Maria Eduarda Ferraz Firmo. A formação do estigma das travestis no Brasil: mercado informal, precariedade e trabalho sexual. **Laborare**, v. 5, n. 8, p. 51-68, 2022. DOI: <https://doi.org/10.33637/2595-847x.2022-101>. Disponível em: <https://revistalaborare.org/index.php/laborare/article/view/101>. Acesso em: 20 abr. 2024.

RODRIGUES, Matheus. Entenda a diferença entre travesti e mulher trans; tema ganha destaque com Linn da Quebrada no BBB 22. **G1**, 27 de janeiro de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/diversidade/noticia/2022/01/27/entenda-a-diferenca-entre-travesti-e-mulher-trans-tema-ganha-destaque-com-linn-da-quebrada-no-bbb-22.ghtml>. Acesso em: 2 nov. 2023.

SILVA, Glauber Weder dos Santos et al. Fatores associados à ideação suicida entre travestis e transexuais assistidas por organizações não governamentais. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 3, p. 4955-4966, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320212611.3.32342019>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/8xXfNtVtVRbWfhcdH996qLr/?lang=pt>. Acesso em: 30 jun. 2024.

SILVA, Mariah Rafaela Cordeiro Gonzaga da. Zonas de Te(n)são entre desejo e nojo: cisgeneridade como paradigma de subjetivação sexual. **Portal eduCapes**. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/765112>, 2023. Acesso em: 8 out. 2025.

SILVA, Josivalda; CASTRO, Rebecca; RIBEIRO, Ernani Nunes. Educação, identidade de gênero e transexualidade: reflexões acerca da produção científica entre os anos 2016 a 2021. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CONEDU, 8., 2021, Maceió. **Anais...** Maceió: Editora Realize, 2021. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2021/TRABALHO_EV150_M D4_SA105_ID8162_30092021224806.pdf. Acesso em: 20 abr. 2024.

SILVA, Pedro Henrique de Almeida *et al.* **Travestis, pessoas transexuais e o acesso ao mercado de trabalho**: a efetivação do direito fundamental ao trabalho de uma população (ainda) marginalizada. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/12117/1/pedrohenriquedealmeidasilva.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2024.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Raquel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein** (São Paulo), v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 6 out. 2023.

La experiencia de travestis y transexuales que se prostituyen: una revisión bibliográfica integradora

Resumen: El presente estudio propone un análisis de las condiciones que favorecen la prostitución de travestis y personas trans, a la luz de fuentes académicas recientes, con el objetivo de comprender los desafíos que enfrenta esta población en contextos de marginalización social. A pesar de la diversidad cultural brasileña, la exclusión de minorías, especialmente de travestis y personas trans, sigue siendo evidente, manifestándose en la violencia, el prejuicio y la vulneración de derechos básicos, como el uso del nombre social. Paradójicamente, incluso siendo estigmatizadas, estas identidades son objeto de fetichización en contenidos pornográficos, mientras que aproximadamente el 90 % de estas personas recurren a la prostitución como forma de supervivencia ante la escasez de oportunidades. La investigación adoptó la metodología de revisión integrativa de la literatura, basada en 130 artículos inicialmente seleccionados entre 2020 y 2024, de los cuales 10 fueron incluidos en el análisis final. Los datos se organizaron en seis categorías temáticas: 1) Marginación y búsqueda de pertenencia; 2)

Factores e impactos de la deserción escolar; 3) Respeto, identidad e inclusión: estrategias para enfrentar la violencia; 4) Territorialización: espacio, poder e identidad; 5) Desafíos y dinámicas en el mercado laboral. Estas categorías revelan la complejidad de las experiencias de estas mujeres y las múltiples formas de exclusión que enfrentan. No obstante, se observó una laguna significativa en la literatura respecto a las vivencias específicas en la prostitución, siendo más frecuente la discusión sobre los factores que conducen a ella que sobre sus impactos subjetivos y emocionales. Esta ausencia refuerza la necesidad de futuras investigaciones que profundicen en esta temática y respalden la formulación de políticas públicas inclusivas, orientadas a garantizar derechos, dignidad y reconocimiento de la población mencionada.

Palabras clave: Prostitución. Personas trans. Travestis. Vivencia.

Recebido: 11/06/2025

Aceito: 03/11/2025